

Economia

6 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 15 de dezembro de 2022

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas
Na quarta-feira
0,2%
São Paulo

0,42%
Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
107.520 103.746
9/12 12/12 13/12 14/12

Na quarta-feira
R\$ 5,301
(- 0,27%)

Dólar
Últimos
8/dezembro 5,216
09/dezembro 5,245
12/dezembro 5,312
13/dezembro 5,315

Salário mínimo
R\$ 1.212

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R\$ 5,658

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Julho/2022 -0,68
Agosto/2022 -0,36
Setembro/2022 -0,29
Outubro/2022 0,59
Novembro/2022 0,41



LEI DAS ESTATAIS

Mercado teme loteamento de cargos

Entidades empresariais que combatem a corrupção repudiam proposta que facilita nomeações políticas em empresas públicas

André Motta de Souza/Agência Petrobras



Sede da Petrobras, no Rio de Janeiro: ações ordinárias da empresa sofreram um tombo de 9,8% com ameaça de maior ingerência política

» MICHELLE PORTELA
» ROSANA HESSEL
» FERNANDA STRICKLAND

Aprovado a toque de caixa na Câmara dos Deputados, na noite de terça-feira, o Projeto de Lei nº 2.896/2022, que altera a Lei das Estatais e a das agências reguladoras visando facilitar a nomeação de políticos para cargos de direção em empresas controladas pelo governo, provocou fortes reações negativas no mercado financeiro e entre representantes de entidades de governança e do mundo corporativo. O projeto ainda precisa passar pelo Senado para entrar em vigor. Segundo interlocutores, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pretende pautar a votação ainda nesta semana.

Seis entidades ligadas ao mercado de capitais e ao combate à corrupção divulgaram, em conjunto, uma "nota de repúdio" ao projeto. No documento, elas afirmam que a iniciativa configura um retrocesso e alertam as autoridades contra a volta do aparelhamento político das estatais. Assinam a nota a Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (Amec); a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec Brasil); o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); o Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial (IB-DEE); o Instituto Não Aceito Corrupção (Inac); e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade.

Na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a sinal de aumento da ingerência do governo nas estatais acentuou a queda do valor das ações de empresas como a Petrobras (veja matéria a lado). As ações ordinárias da companhia, com direito a voto, terminaram o dia em baixa de 9,80%, enquanto as preferenciais, que têm prioridade no recebimento de dividendos, despencaram 7,93%.

Inicialmente, a proposta aprovada pela Câmara apenas alterava regras sobre gastos das empresas públicas com publicidade, mas foi modificada de última hora para incluir uma redução no tempo de quarentena — de três anos para apenas um mês

— para indicados ao comando de estatais que tenham participado de campanhas eleitorais.

Visto como uma iniciativa destinada a permitir a nomeação do ex-ministro Aloizio Mercadante (PT) para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), anunciada na própria terça-feira pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto atende também a interesses do Centrão, segundo fontes do Congresso. A proposta, que foi relatada por Margarete Coelho (PP-PI), é de autoria da deputada Celina Leão (PP-DF). Ambas são aliadas de primeira hora do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O texto foi aprovado com 314 votos favoráveis — muitos de aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) — e 66 contrários. Dos 52 deputados do PT, 46 votaram a favor.

Aprovada em 2016, durante o governo de Michel Temer (MDB), a Lei das Estatais é considerada um avanço na governança corporativa das empresas controladas pelo governo, ao blindá-las contra sua captura por interesses político-partidários. Em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) informou que "vê com preocupação propostas de mudanças nessa legislação sem o devido debate com o Congresso e a sociedade brasileira".

Para Fábio Medina Osório, que chefiou a Advocacia-Geral da União (AGU) durante o governo Temer, a proposta aprovada pela Câmara fere os princípios da própria legislação que pretende alterar. "A lei das estatais busca evitar a politização das empresas e valorizar o caráter técnico na gestão das companhias", destacou. "A guerra

política assusta o mercado. Instabilidade e insegurança jurídica também assustam. É importante que o novo governo mantenha conquistas vinculadas à governança e compliance das estatais", avaliou.

O advogado Cesar Santolim, do CMT Advogados, doutor em direito e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), disse que, caso o projeto passe também no Senado, o retrocesso será sentido por toda a sociedade. "A lei criou ambiente mais favorável para que as estatais brasileiras — empresas públicas ou sociedades de economia mista — gozassem de certa autonomia técnica. Agora, voltam a sofrer as ingerências políticas que historicamente sempre prejudicaram sua performance. É de lamentar que se volte a um modelo já fracassado", disse.

»
A lei criou ambiente mais favorável para que as estatais gozassem de certa autonomia técnica. Agora, voltam a sofrer as ingerências políticas. É de lamentar que se volte a um modelo já fracassado"

Cesar Santolim, advogado e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Críticas duras no Senado

Apoiador da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições presidenciais, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) defendeu que o PSDB faça oposição ao projeto da mudança da lei das estatais, aprovado na noite da última terça-feira pela Câmara. Segundo o senador, "o que foi feito é tão escandaloso que pode prejudicar até o próprio ex-ministro Aloizio Mercadante" — anunciado por Lula para presidir o BNDES. Para Jereissati, o grande problema está também na liberação do limite de publicidade das estatais, historicamente fonte de desvios de recursos.

"A alteração na Lei das Estatais é um retrocesso histórico. Saímos de um país avançado que tem

estatais, para uma república de bananas, cujas estatais servirão de cabide de emprego para político derrotado e seus afilhados", afirmou Tasso Jereissati. "Além disso, é uma burrice, porque o Aloizio Mercadante não precisa disso. Como doutor em economia, sem mandato parlamentar há muito anos, sendo apenas presidente da Fundação Perseu Abramo, do PT e não do diretório do partido, sua indicação tem margem para uma apreciação positiva do Conselho do BNDES", disse.

A mudança, se passar também pelo Senado, abre caminho para que Lula indique aliados políticos para postos-chave nas estatais. Não é de hoje que parlamentares buscam alterar a Lei das Estatais. A decisão atenderia

também ao Centrão, que deseja voltar a indicar seus nomes para conselhos e diretores.

Segundo o senador Eduardo Girão (Podemos-CE), seu partido vai votar contra o projeto. "Acabamos de falar com o nosso líder do Podemos, senador Oriovisto Guimarães (PR). Devido àquela votação relâmpago que houve na Câmara, praticamente sem debates, tomamos a decisão e o partido vai se posicionar contra", afirmou. "Ao nosso ver é uma estupidez com o país, além de ser cabide de emprego". O senador Plínio Valério (PSDB-AM), também criticou a proposta de mudança. "Mas, como o PT tem conseguido tudo que quer, acredito que estarei mais uma vez do lado minoritário", disse. (FS)



Para Tasso Jereissati, mudança na lei será "retrocesso histórico"

Petrobras desaba na Bolsa

A percepção de que o futuro governo vai aumentar a ingerência nas estatais levou as ações da Petrobras a fecharem em forte queda, ontem, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). As ações ordinárias da companhia, com direito a voto, terminaram o dia em baixa de 9,80%, enquanto as preferenciais, que têm prioridade no recebimento de dividendos, despencaram 7,93%. Como a companhia tem grande participação no Ibovespa, principal indicador dos negócios, o tombo da petroleira influenciou a performance da bolsa. Para os investidores, a proposta de mudança na Lei de Estatais é uma brecha para acomodação de agentes e interesses políticos.

Apesar do tombo da principal papel do pregão, o Ibovespa conseguiu reverter as perdas e terminar o dia com pequena alta de 0,20%, aos 103.746 pontos, ajudado pelas declarações do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à Globonews. Entre outros pontos, Haddad voltou a destacar a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas como condição para avançar nos programas sociais, postura que agradou aos investidores.

No mercado de câmbio, o incômodo com a cena política foi expresso nas cotações logo cedo, com o dólar correndo à máxima de R\$ 5,372 ainda na primeira meia hora de negócios. A escolla de Aloizio Mercadante para o BNDES e a manobra que a Câmara fez, na noite de terça-feira, na Lei de Estatais seguiram incomodando os agentes, a despeito de sinalização de Fernando Haddad de antecipar o debate sobre a âncora fiscal. Entretanto, o forte movimento de alta ante o real foi sendo gradualmente deixado de lado com relatos de fluxo comercial para o Brasil. O dólar à vista terminou a sessão em queda de 0,27%, cotado a R\$ 5,301.

» Petroleira e BB perdem R\$ 206 bi

A Petrobras e o Banco Brasil já perderam, juntos, R\$ 206 bilhões em valor de mercado, desde 21 de outubro, de acordo com estimativas do economista Alexandre Pavan Póvoa, sócio da Meta Asset Management, feitas com base no preço das ações. O valor é maior do que o estouro do teto de gastos previsto na PEC da Transição, de R\$ 168 bilhões por ano. "Se formos contar somente a participação do governo nessas empresas, o patrimônio da União encolheu R\$ 83 bilhões", destacou Póvoa. No período, o valor da Petrobras caiu 35% e o do BB, 30%.